

# Refugiados enfrentam exposição à pandemia

O direito à saúde básica não se faz presente na prática para muitos refugiados



Comunicado publicado no dia 31 de março pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e Organização Mundial da Saúde (OMS) ressaltou a vulnerabilidade dos refugiados para além de preocupante.

Cerca de três meses depois de explodir os casos de coronavírus no Brasil, as desigualdades enfrentadas pelos refugiados que residem no país se mostram cada vez mais aprofundadas pela pandemia. O saneamento básico e as dificuldades de acesso à saúde durante o isolamento social escancaram uma crise para além da sanitária: a humanitária.

“Muitos refugiados vivem em acampamentos superlotados, assentamentos, abrigos improvisados ou centros de acolhimento, onde não têm acesso adequado a serviços de saúde, água potável e saneamento”, aponta o comunicado.

Quando assentados em casas, ainda encontram dificuldades. Apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, diferentemente de outros países, garantir atendimento também para refugiados, essa população ainda assim enfrenta barreiras para acessá-lo. Isso porque muitos refugiados desconhecem esse direito brasileiro à saúde gratuita. Vindo de países que por vezes possuem atendimento custoso, esses imigrantes procuram médicos somente em casos urgentes, para que não haja gastos considerados desnecessários em comparação à comida e ao lar.

Por outro lado, as barreiras linguísticas também afastam refugiados de tal direito. "Conseguir marcar uma consulta e explicar para o médico seus sintomas pode parecer uma tarefa fácil para um brasileiro. Mas para um refugiado não é, já que a situação exige um vocabulário mais técnico", aponta Izadora Araújo, co-fundadora do projeto social Recomeço que assiste haitianos. Por isso, o Recomeço, projeto goiano de auxílio aos refugiados, prevê para essa população dinâmicas divertidas de instrução sobre partes do corpo humano e conversas com especialistas sobre como fazer o cartão do SUS e a carteira de vacinação.

### Privação

"Muitos desses imigrantes que estão irregulares no país temem acessar órgãos do governo, sob pena de deportação", afirma Maria Luiza Valeriano, diretora de comunicação do Recomeço. Poucos sabem seus direitos e que a lei brasileira de migração prevê que governos locais não podem deportar pessoas que estejam em processo de solicitação de refúgio.

Para além da garantia ao Sistema de Saúde, a mudança repentina de país, sem qualquer auxílio externo do governo, faz com que os refugiados se estabeleçam em locais que não ofertam saneamento básico. "Ter álcool em gel em casa não é uma realidade para mim", diz Victor Maxine sobre a dificuldade de comprar produtos de higiene essenciais para se proteger da contaminação por COVID-19. As raras políticas públicas de assistência mostram a falta de comprometimento do Estado com a população de imigrantes e refugiados.

### Recomeço

O Recomeço foi fundado em 2019 com o objetivo de integrar refugiados na sociedade brasileira. Com atuação na região metropolitana de Goiânia, o projeto sem fins lucrativos oferece aos refugiados aulas de língua portuguesa, os prepara para o mercado de trabalho, os oferece apoio jurídico, faz campanhas de arrecadação, negocia com órgãos do governo políticas públicas para assistir essa população e forma instrutores de Português pelo método da língua de acolhimento.